



144223

MODELO DE
PROVA
(VERSÃO)**A**

EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2025
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2026
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2026

003. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: ADMINISTRAÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões 01 a 07.

“Depósito”: o modo como uma casa de repouso para idosos é chamada em um novo livro de ficção pretende denunciar as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor. Em *Jasmins*, publicado pela editora Maralto, Claudia Nina retrata a dura relação entre a cuidadora Yasmin e a idosa Wanda, num momento da história em que o fenômeno da longevidade interpela a nossa atenção à população idosa.

“Embora não seja regra, alguns fatores tornam os idosos mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas, seja para a realização de atividades básicas da vida diária e econômica ou emocionalmente, principalmente aqueles com déficits cognitivos ou limitações naturais do próprio envelhecimento”, explica a psicóloga Allana Moraes. “Por essas razões, lamentavelmente, o idoso também se encontra mais suscetível a ser vítima de violências nos mais variados âmbitos, seja familiar, institucional ou social”.

De acordo com Allana, é o próprio ambiente familiar que tem se apresentado como o espaço de maior incidência de abandono e maus-tratos cometidos contra o idoso, com episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges. Diversos fatores desempenham um papel nesse tipo de cenário, entre os quais o que pode ser chamado de transmissão transgeracional da violência e do abandono.

“O fato de os idosos se transformarem em vítimas igualmente se relaciona às raízes familiares, à violência ou abandono por eles perpetrados no passado, assim como terem apresentado comportamentos disruptivos, agressividade e atitudes provocativas em relação aos familiares”, explica a psicóloga. “Portanto, para analisar os motivos que levam um familiar a agir com violência em relação a um idoso, há que se levar em conta não só características dos idosos ou da família, já que se trata de um fenômeno multideterminado e que deve ser analisado em sua complexidade”.

Entre os fatores em jogo, há também aquilo que o gerontólogo Robert N. Butler chamou já em 1969 de “ageísmo” ou “idadismo”, ou seja, a discriminação contra pessoas com base em sua idade, mais comumente direcionada a pessoas mais velhas. “Butler descreveu três aspectos deste tipo de preconceito: atitudes negativas em relação aos idosos, à velhice e ao processo de envelhecimento; práticas discriminatórias contra idosos; e práticas e políticas institucionais que perpetuam estereótipos e atitudes negativas sobre os idosos”, pontua Allana.

A saúde dos vínculos afetivos entre o idoso e os seus cuidadores é um fator de proteção contra a violência muito significativo. Com a atenção à saúde mental dos profissionais cuidadores e com a proximidade da família, casas de repouso deixariam de ser “depósitos” e se tornariam pontos de apoio fundamentais em uma sociedade cada vez mais idosa.

(Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br>.
Acesso em: 08.04.2025. Adaptado)

01. Por suas características composicionais predominantes, o texto pode ser identificado como sendo do gênero

- (A) instrução, de caráter normativo, empregando a citação de trechos de especialistas para induzir o leitor a adotar práticas sociais adequadas.
- (B) parecer, de caráter avaliativo, expondo pontos de vista contrastantes acerca das descobertas recentes sobre o “ageísmo” e sua disseminação.
- (C) matéria científica, de caráter instrucional, empregando referências extratextuais para levar o leitor a praticar as recomendações nele expostas.
- (D) editorial, de caráter polêmico, contrapondo teorias e pontos de vista acerca do tema, para afirmar ideologias e ações positivas em relação à velhice.
- (E) artigo, de caráter informativo, empregando a referência a especialistas como argumento para conferir confiabilidade às ideias nele veiculadas.

02. Considerando-se a sequenciação textual, é correto afirmar que o quarto parágrafo representa, em relação ao terceiro,

- (A) a retificação da ideia de que é na família que os idosos mais sofrem agressões.
- (B) a progressão da ideia de transmissão transgeracional do abandono e da violência.
- (C) a reiteração da ideia de que a sociedade já naturalizou a exposição do idoso a maus-tratos.
- (D) a introdução da ideia de que a violência é associada a políticas institucionais.
- (E) a desmistificação da ideia de que, na maioria dos casos, a violência se transfere de pai para filho.

03. As aspas empregadas em “depósito” sinalizam a intenção de associar, implicitamente, a casa de repouso às ideias de

- (A) descarte e resguardo.
- (B) reverência e desvalorização.
- (C) objetificação e abandono.
- (D) abrigo e segurança.
- (E) descaso e reconhecimento.

04. No segmento “**Embora** não seja regra” (2º parágrafo), o termo destacado garante a coesão textual introduzindo um argumento

- (A) conclusivo, que sintetiza ideias expressas na sequência do enunciado.
- (B) comparativo, que esclarece o que se afirma na sequência do enunciado.
- (C) condicional, que determina o sentido da sequência do enunciado.
- (D) hipotético, que ressignifica o que se afirma na sequência do enunciado.
- (E) concessivo, que relativiza as afirmações da sequência do enunciado.

05. A alternativa em que a expressão entre parênteses substitui os termos destacados, de acordo com a norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, é:

- (A) ... motivos que levam um familiar **a agir com violência**... (à ações violentas)
- (B) ... igualmente se relaciona **às raízes familiares**... (à certas origens familiares)
- (C) ... denunciar **as incongruências**... (à toda incongruência)
- (D) ... direcionada **a pessoas** mais velhas... (àquelas pessoas)
- (E) ... é o próprio ambiente familiar que **tem se apresentado**... (passa à ser apresentado)

06. A alternativa contendo a passagem em que o pronome “se” pode ser colocado depois do verbo em destaque é:

- (A) ... o idoso também se **encontra**... (2º parágrafo)
- (B) ... e se **tornariam** pontos de apoio ... (6º parágrafo)
- (C) ... transformarem em vítimas igualmente se **relaciona** às raízes... (4º parágrafo)
- (D) ... é o próprio ambiente familiar que tem se **apresentado**... (3º parágrafo)
- (E) O fato de os idosos se **transformarem** em vítimas... (4º parágrafo)

07. Considere os enunciados:

Pessoas idosas ficam à mercê de interferências, e **as interferências tornam as pessoas idosas** mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas. É comum que familiares **agridam as pessoas idosas**.

Há muitas incongruências em nossa relação com a velhice, e um novo livro de ficção pretende **denunciar as incongruências**.

A reescrita dos trechos neles destacados, com emprego de elementos de coesão, segue a norma-padrão, respectivamente, em:

- (A) ... essas as tornam ... agridam-nas ... denunciá-las
- (B) ... estas tornam-nas ... agridam elas ... denunciá-las
- (C) ... essas tornam a elas ... agridam-nas ... a elas denunciar
- (D) ... essas lhes tornam ... as agridam ... denunciar-lhes
- (E) ... estas as tornam ... as agridam ... denunciar-lhes

08. A adaptação de passagens do texto redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) Devem ser levadas em conta não só características dos idosos ou da família, já que se tratam de fenômenos multideterminados.
- (B) Estuda-se a discriminação contra pessoas com base em sua idade, sendo mais comumente direcionada a pessoas mais velhas.
- (C) No livro denuncia-se, com a menção a “depósito”, as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor.
- (D) Havia relatos de episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges.
- (E) Quando um familiar age com violência contra um idoso, é necessário a investigação dos motivos que o leva a isso.

09. Trata-se do domínio morfoclimático brasileiro, onde ocorre a maior extensividade de formas homogêneas relativas de todo o planalto Brasileiro. Planaltos sedimentares cedem lugar – quase sem solução de continuidade – a outros de estruturas mais complexas, nivelados por velhos aplainamentos de cimeira, formando um grande Planalto, com altitudes médias de 600 a 1.100 metros.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

O texto descreve as características de qual domínio morfoclimático brasileiro?

- (A) Cerrado.
- (B) Caatinga.
- (C) Floresta amazônica.
- (D) Mares de morros.
- (E) Araucárias.

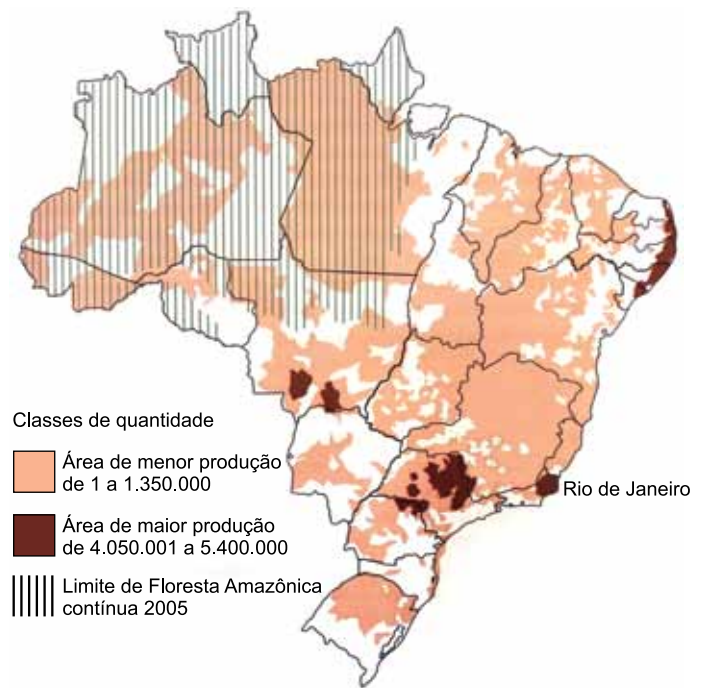
10. As razões da existência de um grande espaço de clima semiárido no Nordeste brasileiro são complexas. No inverno, células de alta pressão atmosférica predominam no interior do Nordeste e dificultam a entrada de umidade vinda do oceano, trazida pela massa de ar _____.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) polar atlântica
- (B) tropical continental
- (C) tropical atlântica
- (D) equatorial atlântica
- (E) equatorial continental

11. Observe o mapa a seguir:

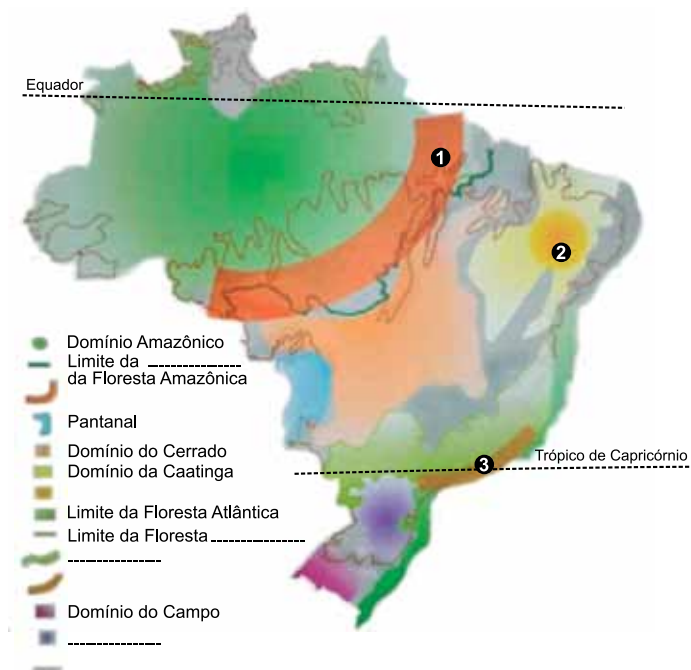


(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

Com base na análise do mapa apresentado sobre a atividade agrícola no Brasil, é correto afirmar que ele se refere ao cultivo de

- (A) cana-de-açúcar.
- (B) feijão.
- (C) milho.
- (D) arroz.
- (E) soja.

12. Considere o mapa a seguir que destaca os principais problemas ambientais no território brasileiro:

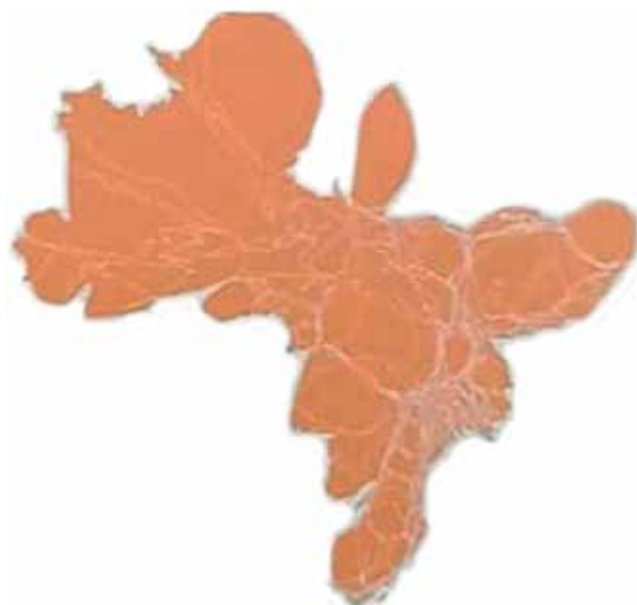


(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018. Adaptado)

As áreas assinaladas no mapa com os números 1, 2 e 3 representam, respectivamente, os seguintes problemas ambientais:

- (A) desertificação, inundação e salinização do solo.
- (B) inundação, desmatamento e arenização.
- (C) arenização, desabamento de encostas e desmatamento.
- (D) contaminação do solo, lixiviação e desertificação.
- (E) desmatamento, desertificação e desabamento de encostas.

13. A figura a seguir apresenta um recorte temático da população brasileira, destacando a distribuição territorial desigual de um grupo populacional, conforme Théry e Mello (2018):



(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018)

Com base na análise da figura apresentada, referente à distribuição populacional brasileira, é correto afirmar que ela representa o grupo dos

- (A) imigrantes.
- (B) indígenas.
- (C) pretos.
- (D) pardos.
- (E) brancos.

14. Trata-se de uma faixa estreita de terra que se estende ao longo do litoral do Amapá até o norte do litoral do estado do Rio de Janeiro. Localiza-se entre altitudes que variam entre 10 m e 50 m, acompanhando a linha de costa, é frequentemente delimitada pelo oceano por vertentes abruptas (falésias). Essa unidade é composta por sedimentos terciários, recoberta por solos arenosos ou areno-argilosos profundos e bem drenados, recobrindo colinas ampla de topos planos ou convexos.

(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

O texto descreve uma formação geomorfológica conhecida como

- (A) planaltos residuais.
- (B) chapadas.
- (C) depressão.
- (D) tabuleiros costeiros.
- (E) campos naturais.

15. Ainda ocorre na segunda metade do século (XVIII) mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e o sobrepujará em breve: o algodão. [...] Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas.

(Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*, 1994)

O excerto refere-se

- (A) ao fornecimento da matéria prima do algodão para as tecelagens domésticas no interior da colônia.
- (B) à autonomia da política colonial para com o domínio metropolitano em decorrência da economia algodoeira.
- (C) à substituição da exploração do açúcar pelo plantio do algodão nas áreas litorâneas da colônia.
- (D) à vinculação da economia colonial com o novo centro dinâmico de produção de mercadorias no continente europeu.
- (E) ao emprego do complexo tecnológico da indústria açucareira na fabricação colonial de fibras de algodão.

16. Alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a Independência do Brasil. Em 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, 2000)

A natureza da Independência do Brasil, referida pelo excerto,

- (A) explica a precocidade do movimento libertador brasileiro na comparação com as emancipações políticas das colônias hispano-americanas.
- (B) comprova a presença dos princípios filosóficos da Independência das colônias inglesas da América do Norte na organização política do Estado brasileiro.
- (C) une setores da elite socioeconômica em torno de uma figura política capaz de manter o ordenamento social brasileiro.
- (D) mantém as relações econômicas brasileiras com a burguesia mercantil portuguesa em um regime ainda de exclusivo comercial.
- (E) institui um sistema político ilustrado com concessão de direitos políticos às províncias brasileiras em prejuízo do poder central.

17. Já nos anos de 1850, fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de mão de obra – tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes. As primeiras experiências falharam, e os fazendeiros de café recorreram ao tráfico de escravos interno. Mais tarde, quando as pressões abolicionistas aumentaram e leis contra o tráfico entre províncias foram promulgadas, os fazendeiros das áreas pioneiras buscaram na Itália os trabalhadores de que necessitavam.

(Emília Viotti da Costa. “Da escravidão ao trabalho livre”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1999)

O excerto alude à

- (A) transformação gradual do mercado de trabalho em um dos setores mais dinâmicos da economia agro-exportadora brasileira.
- (B) baixa produtividade da economia agrícola brasileira devido às crises periódicas no fornecimento da mão de obra.
- (C) manutenção do trabalho compulsório nas grandes unidades agrícolas brasileiras de economia de exportação.
- (D) decadência das áreas de produção agrícola dependentes do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil.
- (E) redução do número de trabalhadores na agricultura brasileira como consequência da mecanização dos processos produtivos.

18. Fizeram-se poucas concessões à classe operária durante a República Velha. Cumpre notar que a famosa declaração de Washington Luís, emitida durante a sua campanha para governador, segundo a qual “a questão operária era um caso de polícia”, pretendia ser uma expressão liberal – a saber, que não se tratava de um problema de segurança nacional, mas apenas de uma tarefa administrativa. Depois das greves desastrosas de 1917 e 1919, causadas pela exportação de gêneros alimentícios básicos para os Aliados, com a consequente elevação dos preços nacionais, poucas leis se promulgaram com a intenção de apaziguar a mão de obra.

(Warren Dean. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano Estrutura de Poder e economia (1889-1930)*, 1975)

Os movimentos operários, durante a Primeira República brasileira, foram marcados pela

- (A) falta de consciência social dos líderes anarco-sindicalistas.
- (B) formação inicial de uma economia fabril concentrada em poucas regiões do país.
- (C) constituição de uma classe operária exclusivamente brasileira.
- (D) estatização das indústrias de bens de produção no Brasil.
- (E) submissão dos sindicatos operários ao Ministério do Trabalho.

19. O poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos-eleitorais são elementos de ligação indispensáveis entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, apresenta-se hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos-eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores.

(Maria Isaura Pereira de Queiroz. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*, 1975)

O excerto refere-se à política da Primeira República Brasileira (1889 – 1930) e

- (A) à garantia da liberdade de expressão política do eleitorado e à instituição do voto secreto masculino nos estados mais importantes da República.
 - (B) às suspensões periódicas dos calendários eleitorais previstos pela Constituição e aos direitos políticos da população analfabeta do país.
 - (C) à atribuição às forças militares do poder constitucional de fiscalização das instituições políticas e à imposição do serviço militar obrigatório nas regiões rurais do país.
 - (D) à inexistência de atividades político-eleitorais nos municípios e ao controle das decisões governamentais pelos habitantes alfabetizados dos grandes centros urbanos.
 - (E) aos desdobramentos da instituição do sufrágio universal masculino e aos mecanismos oligárquicos de controle político.
20. Como o Brasil e como a própria democracia, a Constituição de 1988 também é imperfeita. [...] Mas a Constituição de 1988 é a melhor expressão de que o Brasil tinha um olho no passado e outro no futuro e estava firmando um sólido compromisso democrático. [...] Ela é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação [social] e direta, e determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentar os problemas mais graves da população.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2015)

Os aspectos "modernos" da Constituição, referidos pelo excerto, vinculam-se

- (A) à restrição à estrutura agrária latifundiária, com o projeto de reforma agrária.
- (B) à exigência de legitimação de medidas governamentais, com a política plebiscitária.
- (C) à ampliação dos direitos trabalhistas, com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- (D) à atuação de grupos sociais na sua elaboração, com as emendas populares.
- (E) à oposição à tradição republicana do país, com a adoção do parlamentarismo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os processos de liderança, de motivação e de gestão de pessoas de uma organização, seja ela pública ou privada, guardam relação com a seguinte função da Administração:

- (A) organização.
- (B) planejamento.
- (C) direção.
- (D) controle.
- (E) monitoramento.

22. Ao deslocar-se do entendimento da existência da "única melhor maneira" (*the one best way*) de organizar-se para "tudo depende" (*it depends*) das características ambientais relevantes para a organização, está-se diante da teoria da Administração

- (A) Estruturalista.
- (B) Sistemica.
- (C) Contingencial.
- (D) Neoclássica.
- (E) Humanística.

23. Para que o planejamento tenha executabilidade, faz-se necessário o cascadeamento desde o nível estratégico até o nível operacional. Nesse processo, uma das características do planejamento tático é

- (A) definição das principais ações a empreender para cada unidade.
- (B) orientação de longo prazo.
- (C) objetivos gerais e planos genéricos.
- (D) foco em tarefas rotineiras.
- (E) deliberação sobre procedimentos e processos específicos.

24. Os gestores, sejam públicos ou privados, lidam com diversas situações em que precisam tomar decisões. A depender da situação, o gestor tem à sua disposição pelo menos dois tipos de decisão: programadas e não programadas.

Assinale a alternativa que apresenta uma das características das decisões programadas.

- (A) Utilizam como técnica de apoio à decisão a análise de cenários.
- (B) Baseiam-se nas políticas da entidade como método de decisão.
- (C) Ocorrem em um ambiente de decisão sob condições dinâmicas.
- (D) Possuem natureza ambígua.
- (E) São classificadas como específicas.

25. “*Je suis la Loi, Je suis l’Etat; l’Etat c’est moi*” (Eu sou a Lei, eu sou o Estado; o Estado sou eu), frase atribuída ao rei francês Luís XIV, representa práticas associadas ao paradigma da Administração Pública
- (A) gerencial.
 - (B) de governança pública.
 - (C) absolutista.
 - (D) patrimonialista.
 - (E) burocrática.
26. Na organização da Administração Pública brasileira, as entidades concebidas com a finalidade de exploração de atividade econômica dizem respeito às
- (A) empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (B) autarquias e fundações de direito privado.
 - (C) autarquias e sociedades de economia mista.
 - (D) empresas públicas e fundações de direito privado.
 - (E) autarquias e empresas públicas.
27. Na organização político-administrativa do Estado brasileiro,
- (A) União, Estados, Distrito Federal e municípios, dado o pacto federativo, são entes que possuem soberania, um perante o outro.
 - (B) Estados e municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, mediante consulta prévia, via referendo, à população envolvida.
 - (C) União, Estados, Distrito Federal e municípios têm como bens os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
 - (D) União, Estados, Distrito Federal e municípios estão vedados de estabelecer igrejas, permitindo-se, apenas, o estabelecimento de cultos religiosos.
 - (E) Territórios Federais integram a União, podendo ser criados, transformados em Estado ou reintegrados ao Estado de origem.
28. Cabe ao plano plurianual (PPA), entre outras atribuições,
- (A) implementar os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos da administração pública federal, para os próximos quatro anos.
 - (B) prevalecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
 - (C) definir as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital.
 - (D) definir as metas e prioridades, a cada três anos, da administração pública para as despesas correntes.
 - (E) trazer o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais.
29. É permitida a concessão de suprimento de fundos
- (A) para atender a despesas de grande vulto, desde que não ultrapassem o limite estabelecido em ato normativo próprio.
 - (B) para atender a despesas eventuais que exijam pronto pagamento.
 - (C) a servidor responsável por dois ou mais adiantamentos.
 - (D) a servidor declarado em alcance.
 - (E) a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, como regra.
30. No orçamento público brasileiro, os chamados Restos a Pagar são classificados como processados ou não processados ao analisar-se a fase da despesa denominada
- (A) empenho.
 - (B) recolhimento.
 - (C) arrecadação.
 - (D) liquidação.
 - (E) pagamento.
31. O ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), por meio de sua visualização e interpretação em fases sequenciais e interdependentes, busca contribuir na organização das ideias. Na fase de tomada de decisão, há autores que defendem que as decisões são encontros casuais dos problemas, das soluções e das oportunidades de tomada de decisão, o que diz respeito ao modelo denominado
- (A) *bottom-up*.
 - (B) incremental.
 - (C) lata de lixo.
 - (D) racionalidade absoluta.
 - (E) racionalidade limitada.

- 32.** Sobre os controles interno, externo e social da gestão pública brasileira, é correto afirmar que
- (A) todos os cidadãos, partidos políticos, associações e sindicatos possuem legitimidade para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o órgão que auxilia no controle externo.
 - (B) as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela gestão de valores públicos possuem a obrigação de prestar contas, ao passo que as pessoas jurídicas de direito privado responsáveis pela gestão de valores públicos não possuem tal obrigatoriedade.
 - (C) o controle externo é competente para apreciar, mas não julgar, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
 - (D) o controle interno detém a responsabilidade exclusiva pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.
 - (E) o controle externo está a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU), exercido com o auxílio do Congresso Nacional, ou seja, da Câmara dos Deputados e do Senado.
- 33.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Tribunal de Contas da União (TCU) emitirá parecer prévio conclusivo sobre as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de
- (A) 120 dias do recebimento.
 - (B) 90 dias do recebimento.
 - (C) 150 dias do recebimento.
 - (D) 60 dias do recebimento.
 - (E) 180 dias do recebimento.
- 34.** O manual de finalidade múltipla reúne o conteúdo dos demais manuais, em um único volume, para possibilitar visão completa sobre diversos aspectos da empresa, seja ela pública ou privada. Um desses manuais específicos traz regras claras sobre a distribuição de tarefas na empresa, o modo de execução de tais tarefas e o fluxo do trabalho, e é denominado manual de
- (A) política e diretrizes.
 - (B) normas e procedimentos.
 - (C) instruções especializadas.
 - (D) empregado.
 - (E) organização.
- 35.** No modelo de liderança situacional proposto por Harsey e Blanchard, comportamento altamente orientado simultaneamente para a tarefa e para o relacionamento diz respeito ao estilo de liderança denominado
- (A) comando.
 - (B) delegação.
 - (C) participação.
 - (D) transacional.
 - (E) venda.
- 36.** Entre as teorias motivacionais, encontra-se a teoria dos dois fatores de Herzberg. Para o autor, a presença de fatores higiênicos ou extrínsecos, como salários e benefícios satisfatórios, traz
- (A) não insatisfação.
 - (B) não satisfação.
 - (C) insatisfação.
 - (D) satisfação.
 - (E) reparação.
- 37.** Na Gestão da Qualidade Total,
- (A) enfatiza-se a uniformidade do produto ou serviço.
 - (B) o papel principal dos profissionais da qualidade envolve solução de problemas e aplicação de métodos estatísticos.
 - (C) todos são responsáveis pela qualidade na entidade, com a alta administração exercendo forte liderança.
 - (D) o interesse principal da qualidade recai sobre a verificação e o controle do que é produzido.
 - (E) a visão da qualidade diz respeito ao problema a ser resolvido de forma proativa.
- 38.** Uma entidade organiza seus funcionários em pequenos grupos, delega a responsabilidade pela busca de qualidade a todos e faz uso do processo de gestão participativa como modelo gerencial, características que dizem respeito
- (A) aos diagramas de dependência.
 - (B) aos círculos da qualidade.
 - (C) aos diagramas de similaridade.
 - (D) às células de produção.
 - (E) às manutenções produtivas totais.

39. Na gestão de materiais do setor público, para que um material seja considerado de consumo, um dos critérios possíveis de ser considerado é o de durabilidade, isso é, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento no prazo máximo de
- (A) três meses.
 - (B) um ano.
 - (C) seis meses.
 - (D) dois anos.
 - (E) um mês.
40. Em um dado órgão público, o consumo anual de um determinado material é de 1.000 unidades e o seu estoque médio anual corresponde a 250 unidades. Para esse material de consumo, o período que o estoque médio será capaz de atender à demanda média (caso não haja reposição) é de
- (A) dois meses.
 - (B) três meses.
 - (C) um mês.
 - (D) quatro meses.
 - (E) cinco meses.
41. Na fase da licitação denominada habilitação, são analisados documentos e informações que demonstram a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em jurídica; técnica; fiscal; social e trabalhista; econômico-financeira. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório. Supondo que um desses índices econômicos seja o índice de endividamento geral, a partir da verificação do balanço patrimonial, utiliza-se a seguinte fórmula:
- (A) $\text{ativo circulante} \div \text{passivo circulante}$.
 - (B) $(\text{ativo circulante} - \text{estoques}) \div \text{passivo circulante}$.
 - (C) $\text{vendas} \div \text{ativo total}$.
 - (D) $\text{lucro antes de juros e imposto de renda} \div \text{juros}$.
 - (E) $\text{passivo total} \div \text{ativo total}$.
42. Em licitações públicas, o critério de julgamento utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência diz respeito
- (A) ao maior desconto.
 - (B) à melhor técnica ou conteúdo artístico.
 - (C) ao maior retorno econômico.
 - (D) à técnica e preço.
 - (E) ao menor preço.
43. A contratação direta realizada pela Administração Pública envolve dispensa e inexigibilidade de licitação. Um caso de inexigibilidade de licitação diz respeito
- (A) à contratação de objetos por meio de credenciamento.
 - (B) à contratação de quaisquer profissionais do setor artístico.
 - (C) à aquisição ou locação de móveis.
 - (D) ao abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração.
 - (E) à contratação de materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo.
44. O sistema de registro de preços diz respeito a um conjunto de procedimentos para a realização de registro formal de preços, por meio de um documento denominado ata de registro de preços, relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. Dito isso, para ser realizado, o procedimento de sistema de registro de preços admite as seguintes possibilidades:
- (A) dispensa, concurso, pregão e concorrência.
 - (B) inexigibilidade, concurso, pregão e concorrência.
 - (C) pregão, concorrência, concurso e leilão.
 - (D) dispensa, inexigibilidade, pregão e concorrência.
 - (E) dispensa, inexigibilidade, leilão e concorrência.

45. Os contratos administrativos de serviços e fornecimentos contínuos podem ser prorrogados sucessivamente. Para isso, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, um dos critérios que devem ser respeitados diz respeito à vigência máxima de
- (A) quinze anos.
 - (B) três anos.
 - (C) dez anos.
 - (D) cinco anos.
 - (E) vinte anos.
46. Em gestão de projetos, sejam eles elaborados no setor público ou no privado, uma lista ordenada de tarefas do projeto a serem executadas é denominada
- (A) *roadmap*.
 - (B) *backlog*.
 - (C) *swarm*.
 - (D) *kanban*.
 - (E) portfólio.
47. Durante o ciclo de vida de um projeto, são utilizadas abordagens de desenvolvimento como meio para criar e desenvolver o produto, o serviço ou o resultado desejado. A abordagem de desenvolvimento na qual o escopo, o tempo e o custo do projeto são determinados nas fases iniciais do ciclo de vida é denominada abordagem
- (A) incremental.
 - (B) iterativa.
 - (C) adaptativa.
 - (D) preditiva.
 - (E) híbrida.
48. Com base no Estatuto dos Militares, na inatividade, é permitido ao militar o uso de designações hierárquicas
- (A) em atividades político-partidárias.
 - (B) em atividades comerciais.
 - (C) em atividades industriais.
 - (D) no exercício de cargo ou função de natureza civil, desde que seja da própria Administração Pública brasileira.
 - (E) em discussões pela imprensa a respeito de assuntos de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado.
49. Os órgãos públicos devem autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão público que receber o pedido deverá manifestar-se em prazo não superior a vinte dias, que, mediante justificativa expressa da qual será cientificado o requerente, poderá ser prorrogado por mais
- (A) cinco dias.
 - (B) doze dias.
 - (C) quinze dias.
 - (D) vinte dias.
 - (E) dez dias.
50. No âmbito do poder Executivo federal, no qual se inserem as Forças Armadas brasileiras, o órgão competente para celebrar os acordos de leniência é o(a)
- (A) Ministério Público da União (MPU).
 - (B) Presidência da República.
 - (C) Ministério da Defesa.
 - (D) Tribunal de Contas da União (TCU).
 - (E) Controladoria-Geral da União (CGU).

